



Artur da Távola vê crise de valores

Escalada de violência preocupa senadores

Problema é analisado em plenário por Artur da Távola, Leonel Paiva e Marina Silva

"Estamos vivendo, no Brasil e no mundo, uma grave crise de valores civilizatórios", afirmou sexta-feira o senador Artur da Távola ao comentar a manchete do *Correio Brasileiro* que reproduziu os nomes das pessoas assassinadas no Distrito Federal este ano. "Os dados que estão nessa manchete não são dados que honram o momento brasileiro e os valores civilizatórios e

educativos sobre os quais a nossa sociedade está fundada", acrescentou. O senador Leonel Paiva apoiou o apelo do jornal por um basta na violência e atribuiu o problema ao desempenho do governo do Distrito Federal na área de segurança. O governador Cristovam Buarque foi defendido pela senadora Marina Silva e por Artur da Távola. **Página 3**

REFORMA ADMINISTRATIVA

Votação em segundo turno será nesta quarta

Aprovada há um mês em primeiro turno, a reforma administrativa poderá ter votação final nesta quarta-feira. Nas comissões, a

semana também deverá ser de muito trabalho. Três delas já têm reuniões marcadas para examinar projetos de lei e emendas constitucionais. **Pág. 4**

Em debate, a imunidade parlamentar

"Imunidade, sim. Impunidade, não." Em artigo nesta edição, o presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, afirma que a imunidade parlamentar não pode servir de refúgio para criminosos. A senadora Marina Silva, em discurso no plenário, lamentou a cultura política perversa que resulta na concessão de mandatos a representantes cuja ação acaba por se voltar contra os interesses dos que os elegeram. O senador Jefferson Péres pediu pressa na deliberação dos processos que se encontram aguardando deliberação para o julgamento de parlamentares acusados de crimes. **Páginas 4 e 5**



Jefferson cobra decisão sobre os pedidos



Marina lamenta "cultura perversa"

ACM:
imunidade,
sim.
Impunidade,
não



Obra apresenta uma série de artigos que formam uma espécie de agenda de preocupações para o desenvolvimento do país

Aluísio Pimenta lança livro no Salão Negro do Congresso

O Instituto Teotônio Vilela, presidido pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), promove amanhã, às 19h, no Salão Negro do Congresso Nacional, o lançamento do livro *Educação e Cultura - A Construção da Cidadania*, do ex-ministro da Cultura Aluísio Pimenta, reitor da Uni-

versidade do Estado de Minas Gerais e diretor do instituto no estado.

O livro tem 262 páginas e apresenta uma série de artigos que formam uma espécie de agenda de preocupações para o desenvolvimento do país. "A escola que preconiza é livre, democrática, aberta a todos, bem

equipada", avalia Plínio Arruda Sampaio no prefácio da obra.

Aluísio Pimenta enfoca, especialmente, as pequenas cidades do interior como caminho para a erradicação da pobreza e questões referentes à liberdade, democracia, preservação da natureza e conservação da energia.



Campos: "Não ao fumo com mais de 3,5% de nicotina"

Júlio Campos quer proibir cigarro com alto teor de nicotina

O senador Júlio Campos (PFL-MT) pediu a apreciação imediata pelo Senado de projeto de lei de sua autoria que proíbe o uso de fumo com mais de 3,5% de nicotina na fabricação de cigarros no país, diante das denúncias veiculadas recentemente pela mídia nacional sobre o cultivo do chama-

enfisema e acidentes cardiovasculares". A seu ver, não é suficiente cobrar altos impostos das empresas produtoras de tabaco, pois, observou, "o montante desses tributos não supera absolutamente o prejuízo que os fabricantes causam aos cofres públicos, aos consumidores e ao sistema de saúde".

Além de levar bilhões de reais do bolso dos consumidores, as indústrias tabagistas deixam uma fatura de outros tantos bilhões de reais que o Estado tem de pagar anualmente para tratar pacientes que são vítimas de alguma complicação causada pelo cigarro. Não podemos mais aceitar que para cada real arrecadado com impostos sobre cigarros o sistema de saúde tenha que desembolsar R\$ 1,50 para pagar o tratamento de doenças provocadas pelo vício - acrescentou.

"Não se pode permitir que o Brasil sirva de plataforma para produzir drogas assassinas"

do "fumo louco", no Rio Grande do Sul, que apresenta teor nicotínico superior ao limite máximo permitido no mercado internacional, que é de 4%.

Para o senador, não se pode mais permitir que "o nosso país sirva de plataforma para produzir drogas assassinas que matam anualmente milhares de pessoas de câncer de pulmão.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

15h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado Federal

17h - Recebe o presidente da Anfavea, Silvano Valentini, acompanhado do presidente eleito da entidade, José Carlos da Silveira Pinheiro Neto

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado Federal

PREVISÃO DOS TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (10.03.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a comemorar o Dia Internacional da Mulher. Oradores inscritos: Leonel Paiva, Júnia Marise e Carlos Bezerra.

Ordem do Dia: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único dos *PDL nºs 48, 49 e 50/97, que aprovam o ato que renova a permissão outorgada às Rádios Sociedade Oeste Catarinense Ltda., da cidade de Chapecó (SC), e Veneza Ltda., de Recife (PE), para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada; e renova a concessão da Rádio Difusora de Aquidauana (MS) para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média; e *Projeto de Resolução nº 8/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 57 milhões, de principal, destinada ao financiamento, parcial, da primeira etapa do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal, de interesse do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

Quarta-feira (11.03.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

Pauta: Votação em segundo turno da proposta de reforma administrativa - *PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal

COMISSÕES

Terça-feira (10.03.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Mensagem nº 89/98 (não terminativa), solicitando à Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás) para contratar operação de crédito, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento parcial do Projeto de Interligação Elétrica Norte-Sul; *Mensagem nº 203/97 (não terminativa), que submete à apreciação do Senado Federal o Aditivo ao Acordo de Rescalonamento de Dívida firmado entre a República Federativa do Bra-

sil e a Telecomunicações do Suriname (Telesur); *Ofício nº 10/98 (não terminativo), solicitação da prefeitura municipal de Iconha (ES), para que seja autorizada a contratação de operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 398 ml, destinada à construção de 50 unidades habitacionais no bairro Jardim Jandira; *Ofício nº 14/98 (não terminativo), solicitação do governo do estado de Mato Grosso, sobre proposta de aquisição, pela Caixa Econômica Federal (CEF), de débitos daquele estado junto a seis instituições financeiras, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 286 milhões; *Ofício nº 11/98 (não terminativo), solicitação do governo do estado de Sergipe, a respeito do contrato de confissão, assunção, consolidação e renhanciamento de dívidas, celebrado com a União em 27.11.97, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 389 milhões, correspondente ao valor da dívida mobiliária e saldos devedores dos contratos firmados junto ao BNDES e à Caixa Econômica Federal. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (11.03.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PEC nº 25/96, que inclui o art. 74 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de modo a estabelecer realização de plebiscito em 1998 quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acolhimento ou não da reeleição de mandatários de cargos executivos; *PEC nº 58/95, fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; *PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais; e *PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 29/96 (tramitando em conjunto com o PLS 147/95), que dispõe sobre o acesso ao mercado de trabalho; PLS nº 147 (tramitando em conjunto com o PLC nº 29/96), que estabelece medidas para a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos; *PLS nº 45/93 (terminativo), que altera a Lei nº 6.435/77, sobre entidades fechadas de previdência privada; e *PLS nº 85/97 (terminativo), que acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, para permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS, quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV

ESPECIAL

Terça-feira (10.03.98)

10h30 - Abertura solene da I Semana da Mulher. Sessão da Galeria - Térreo do Anexo I

Quarta-feira (11.03.98)

10h - Abertura do V Endicão - Encontro Nacional de Dirigentes de Controle Interno. Auditório Petrólio Portella

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucílio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Heival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Senador afirma que lista de pessoas assassinadas neste ano em Brasília, publicada pelo Correio Braziliense, "não honra o momento brasileiro"

Távola liga violência a crise de valores

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) afirmou que a primeira página do jornal *Correio Braziliense* de sexta-feira, que contém os nomes de todas as pessoas assassinadas este ano no Distrito Federal, poderia estar em qualquer jornal de qualquer grande cidade, poderia ter sido feita com os nomes das pessoas que morreram em acidentes de trânsito durante o carnaval ou estar presente em qualquer jornal ou telejornal brasileiro, porque a média de homicídios anual no país é de 47 mil.

- Os dados que estão nessa manchete não são dados que honram o momento brasileiro e os valores civilizatórios e educativos sobre os quais a nossa sociedade está fundada - disse.

Para Artur da Távola, a classe política erra muito quando utiliza esse tipo de matéria como bandeira da oposição ou do governo. Essa atitude, na avaliação do senador, é superficial, não vai ao fundo da questão.

- Falo profundamente tocado por tudo isso, em que pese não poder vir a esta tribuna, como seria glorioso e altissonante, com soluções. Tenho a impressão mais



Távola critica uso político do crescimento da violência

aguda de que estamos a viver, no Brasil e no mundo, uma grave crise de valores civilizatórios - assinalou.

Depois de questionar "quais são os valores em torno dos quais as sociedades se organizam?", Artur da Távola lembrou que foi, durante muitos anos, adepto das ideias socialistas e assim continua, embora tenha mudado o enfoque porque compreendeu "que as formas de socialismo preservadas e mantidas pelo Estado, como sonhei, uma entidade independente, capaz de repartir a Justiça com maior equilíbrio, engendraram Estados totalitários".

- E a lista da violência dos Estados totalitários é enorme. Mao Tsé-tung, um dos

heróis da minha juventude, hoje se sabe, matou milhões de chineses. As tolices que Mao Tsé-tung fez no governo geraram fomes cíclicas, que provocaram milhões de mortes - observou o senador. Artur da Távola ressaltou que o capitalismo também mata e matou muita gente, fez uma guerra estúpida no Vietnã e gerou a violência que ainda hoje medra no mundo.

- As sociedades mercantis que o capitalismo gerou são eficazes, são sociedades de trabalho, construtivas, criativas, porém são sociedades perversas. São implacáveis com quem não admite ou aceita o sistema. São implacáveis com os adversários e,

sobretudo, são implacáveis com os fracos, aqueles que, por razões de natureza interpsicológica, ficam à margem da sociedade e não se constituem com as energias e as voracidades necessárias a uma existência competitiva - destacou o senador.

Marina elogia isenção

Em apertes, a senadora Marina Silva (PT-AC) agradeceu a forma isenta com que o senador estava examinando a questão da violência no Distrito Federal e elogiou a competência do governador Cristovam Buarque, enquanto o senador Leonel Paiva culpou o PT e o governador pela falta de segurança no DF. Artur da Távola considerou injustas as críticas a Cristovam Buarque, "homem de formação humanista e de grande valor".



Odacir: jovens mais informados

Odacir quer maioria aos 16 anos

O senador Odacir Soares (PTB-RO) apresentou proposta de emenda constitucional reduzindo de 18 para 16 anos de idade a maioridade penal. Para o senador, fatos como a redução do analfabetismo e maior acesso aos meios de comunicação de massa levam ao conhecimento dos jovens, cada vez mais cedo, os esclarecimentos necessários ao discernimento a respeito do caráter criminoso de determinadas condutas.

- Hoje um jovem de 16 anos tem maior acesso às fontes de informação do que há 50 anos, quando da edição do atual Código Penal", observou o senador na justificativa da proposta.

Pela emenda, os menores de 18 e maiores de 16 anos somente serão responsabilizados criminalmente quando for comprovada sua capacidade de discernimento através de exame médico-psicológico.

Odacir Soares lembra que há, até mesmo entre os ministros do Supremo Tribunal Federal, manifestações favoráveis à proposta: "O ministro Marco Aurélio de Mello entende que os jovens de 16 anos não podem mais ser vistos como incapazes de discernir entre a conduta delituosa e o comportamento conforme as leis".

O senador, no entanto, sugere que se adote "cautela e moderação", visando ao equilíbrio entre a imputabilidade penal e a determinação das penas. A proposta impede que os menores de 18 anos fiquem sujeitos à pena de reclusão, o que, segundo o senador, não contribuiria para a recuperação do jovem delinqüente.

Leonel condena desempenho de Cristovam Buarque

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) criticou na sexta-feira, em discurso no plenário, o desempenho da administração Cristovam Buarque na área de segurança pública do Distrito Federal, destacando a primeira página da edição do *Correio Braziliense* que relaciona as 120 pessoas assassinadas no Distrito Federal em pouco mais de dois meses de 1998 e pro-

clama em letras garrafais: "Basta". O senador fez coro à manchete do jornal e destacou que "Brasília não pode morrer nas mãos do governo petista".

Segundo o senador brasileiro, as próprias estatísticas oficiais atestam "a incompetência" do governo local na área de segurança. De 95 a 97, afirmou Paiva, foram registrados pela Secretaria de Segurança Pú-



Leonel lamenta freqüentes trocas de comando na Polícia Militar

blica um total de 31.191 crimes contra a pessoa. A totalidade de casos policiais, por outro lado, somou 210.601 registros nesse período. "Um número impressionante que neste ano tudo indica será ultrapassado em sua média anual, com a previsão de 100 mil ocorrências em 98", frisou.

Leonel Paiva criticou a constante troca de coman-

dantes da PM do DF - foram cinco em poucos meses, ilustrou -, ironizando que "não é a simples troca de técnico que fará o time ganhar". Com quase dois crimes diários contra a pessoa, neste início de ano, o senador concluiu que "urge uma providência, mudanças, para que Brasília tenha respeitado e garantido seu direito à vida".

Um mês após a sua aprovação em primeiro turno, a emenda constitucional está pronta para a votação definitiva nesta semana

Reforma administrativa será votada na quarta

Está marcada para esta quarta-feira, dia 11, a votação em segundo e último turno, pelo plenário do Senado, da proposta de emenda constitucional que institui a reforma administrativa. A proposta, aprovada há um mês em primeiro turno, é apontada pelo governo como fundamental para permitir o equilíbrio das finanças públicas.

A reforma permite a quebra da estabilidade para os servidores públicos, que poderão, então, ser demitidos por baixo desempenho após avaliação periódica ou

quando houver gastos maiores que 60% da receita líquida com pessoal. Uma lei complementar detalhará como se

A proposta prevê a possibilidade de demissão de servidores por desempenho insuficiente

dará esse processo de avaliação. Antes de haver cortes por excesso de gastos, porém, os governos terão de cortar 20% das chefias e dispensar os não-estáveis.

DIÁ DA MULHER

A primeira parte da sessão de amanhã será destinada a

homenagear o Dia Internacional da Mulher, conforme requerimento do senador Leonel Paiva (PFL-DF). Estão inscritos, além de Leonel, os senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Júnia Marise (PDT-MG).

No mesmo dia, os senadores vão analisar três projetos de decreto legislativo que renovam a permissão para exploração de serviços de radiodifusão sonora. Ainda será votado o projeto de resolução que autoriza a União a contratar operação de crédito externo para financiamento do programa de modernização do Executivo.



Marina aponta existência de "cultura perversa"

Marina considera limitado efeito da cassação de Naya

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse na sexta-feira que a ação do Congresso de cassar o mandato do deputado Sérgio Naya incide apenas sobre as consequências das práticas políticas dominantes no país e, portanto, é limitada. Com as eleições, frisou, a sociedade que o elegeu tem a responsabilidade de, refletindo sobre como escolhe seus representantes, agir sobre as causas da existência de semelhantes políticos.

- Não se pode atribuir apenas ao Congresso a culpa pelas mazelas que o ferem com instituição - reiterou. A seu ver, há uma perversa cultura política que, desde o voto em determinado tipo de políticos, re-

sulta na concessão de mandatos a representantes cuja ação acaba por se voltar contra os interesses dos que o elegeram.

No caso de Sérgio Naya, Marina apontou que, nas fitas divulgadas, ouvem-se vários "excelentes" em referência a cada um dos crimes ou infrações confessadas pelo deputado. Além disso, acrescentou, o parlamentar, inadimplente com o INSS e com centenas de processos tramitando na Justiça, conseguiu obter R\$ 13 milhões em empréstimo junto ao Banco do Brasil. Ou seja, "Naya não pode ser julgado sozinho", concluiu Marina Silva.

Três comissões têm reunião marcada para esta semana

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), é uma das três comissões técnicas que têm reunião marcada para esta semana. Amanhã a CAE irá discutir e votar o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a inclusão do Banco de Roraima (Banroraima) e da Companhia Usinas Nacionais (CUN) no rito processual da lei das liquidações. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Waldeck Ornelas (PFL-BA). A CAE vai analisar, ainda, várias mensagens e ofícios do Executivo na reunião que terá início às 10h.

Na quarta-feira (dia 11) reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sob a presidência do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), para analisar, entre outras matérias, o parecer às emendas de plenário oferecidas à proposta de



O senador José Serra presidirá a reunião da CAE

emenda à Constituição (PEC) sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS. O relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), concluiu por um substitutivo a cinco das emendas apresentadas e pela rejeição de outras duas emendas.

Dentre os vários projetos de lei a serem apreciados pela CCJ está o que prioriza os procedimentos a serem adotados, pelo Ministério Público e por outros órgãos, a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito (CPIs). A proposição é de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e já tem parecer favorável do relator, se-

gador Roberto Requião (PMDB-PR).

Também a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), irá se reunir nesta quarta-feira (dia 11), às 10h. Da pauta constam nove proposições, dentre elas dois projetos relatados pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS) sobre o mercado de trabalho e um projeto, cuja relatora é a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), para permitir a movimentação da conta do FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV.

Licitações e auditorias serão tema de encontro

O 5º Encontro Nacional de Dirigentes de Controle Interno (Endicon) começa nesta quarta-feira, no Auditório Petróleo Portella, do Senado. O encontro, que vai até o dia 13, tem por objetivo integrar os diversos órgãos de fiscalização e controle da administração pública.

A abertura, marcada para as 10h, deverá ser feita pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e pelos ministros do Tribunal de Contas da União, Homero Santos, e da Fazenda, Pedro Malan.

Serão discutidos, entre outros temas, controle sobre licitações, auditoria em obras públicas, contratação indireta de mão-de-obra versus terceirização e a nova proposta para a lei sobre direito financeiro.

O Endicon é promovido pelo Conselho de Dirigentes de Controle Interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (Dicon), que tem como presidente a diretora da Secretaria de Controle Interno do Senado, Martha Lyra Nascimento.

TV SENADO

O secretário de Controle do Ministério da Fazenda, Domingos Poubel, destaca a necessidade de dar transparência às contas do governo, em entrevista à TV Senado, que vai ao ar hoje, às 7h, 9h30 e 12h15.

Poubel também explica no programa como a Secretaria de Controle fiscaliza a aplicação dos recursos orçamentários.

O senador previu a rejeição pelo plenário de pedidos de abertura de processos por delitos de opinião e admitiu que em outros casos a autorização pode ser negada, mas argumentou que o Senado não pode "engavetar" nenhuma solicitação

Jefferson pede pressa para votação de processos

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) pediu pressa do Senado na deliberação sobre os 23 processos que se encontram na Casa aguardando autorização para o julgamento de parlamentares acusados de crimes. Ele também disse esperar que, ainda neste semestre, o Congresso vote medida modificando a prática da licença para processar parlamentares.

Nesse caso, Jefferson Péres apóia projeto do deputado Almino Afonso que permite ao Supremo Tribunal Federal iniciar ação contra qualquer parlamentar acusado de crime, facultando ao Legislativo interromper esse processo quando entender que ele é inconstitucional, por

exemplo, nos casos de delito de opinião. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que, ainda neste semestre, o Legislativo deliberará sobre essa matéria.

No caso dos 23 processos para julgamento de senadores, Jefferson Péres afirmou que, nas acusações por delito de opinião, o plenário deverá negar a licença, mas, nos demais casos, poderá até negar a autorização também, mas "jamais engavetar os pedidos". Ele começou seu discurso condenando a hipocrisia dos que se escandalizam com os fatos denunciados junto com a queda do edifício Palace II, no Rio de Janeiro.

- Isso só scandaliza mesmo aqueles que porfiam em igno-

rar a velha e notória relação promíscua e incestuosa entre o nosso mundo político e o submundo onde pululam melancólicos empresários como o sr. Sérgio Naya - disse.

Jefferson Péres apontou esse fato como "um dos efeitos mais duradouros e perversos da tradição luso-brasileira do patrimonialismo burocrático", e condenou os "triângulos de ferro que envolvem burocratas corruptos, empresários inescrupulosos e políticos desonestos". Em sua opinião, para esses políticos, o mandato equivale a um pé-de-cabra para o arrombamento dos cofres públicos e, ao mesmo tempo, uma garantia de impunidade.

O senador considerou também uma vergonha que ne-



Jefferson Péres questiona garantia de impunidade de parlamentares

hum desses escândalos tenha sido descoberto pela Câmara ou pelo Senado. "Nossa indignação é meramente reativa, movida a golpes externos desperdidos pela mídia ou pelo clamor da opinião pública", obser-

vou. No seu entender, por esse ângulo, é compreensível a desconfiança do cidadão comum em relação "à sinceridade de um surto moralizador pautado pela televisão e pelos jornais".

Imunidade, sim. Impunidade, não

Antonio Carlos Magalhães (*)

A imunidade parlamentar não pode servir de refúgio para criminosos. Não pode proteger, de maneira nenhuma, quem quer que venha a praticar qualquer tipo de crime, atos ilícitos ou lesivos à sociedade. De maneira sábia, a Constituição de 1988 definiu, no seu artigo 53, que os deputados e senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos. Estabelece, em seguida, que desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos nem processados criminalmente sem prévia licença de sua Casa, salvo em flagrante de crime inafiançável. Com isso, quis o legislador assegurar a livre expressão da representatividade, ou seja, quis assegurar ao representante do povo a total liberdade para o exercício do seu mandato.

É da natureza do trabalho congressual enfrentar obstáculos severos surgidos a partir de interesses feridos que se contrapõem aos interesses da população, os quais agem das mais diversas formas, desde as consideradas legítimas, como é o caso do lobby honesto para mudar opiniões atra-

vés de argumentos técnicos, até as formas criminosas, entre as quais se destacam a tentativa de suborno, ameaças de morte e montagem de arapucas que possam resultar na neutralização das atividades daquele parlamentar "incômodo".

Um grupo com propostas perniciosas pode, por exemplo, para calar um legítimo e atuante representante do povo, forjar contra ele, fora do Congresso, uma situação que o aponte como um criminoso. Sem a imunidade, o parlamentar poderia ser preso ou processado criminalmente, e, até que se apurasse devidamente sua inocência, os desonestos teriam conseguido impedir o representante do povo por um determinado período, para aprovar ou rejeitar determinada matéria no Congresso.

A imunidade existe, então, para impedir coisas desse tipo - qualquer trama engendrada por grupos econômicos, políticos, ou de qualquer outra natureza, contra a representatividade. É, desse modo, um braço firme em favor da democracia, mas



não se pode, ao contrário, invocá-la para proteger ações criminosas de deputados e senadores.

Esse princípio é tão fundamental que já constava das Constituições brasileiras de 1934 (art.21), de 1937 (artigo 43), de 1946 (art.44), de 1967 (art. 34) e da Emenda Constitucional nº1, de 1969.

Consta também das Constituições dos países mais democráticos do mundo, tais como da Alemanha (art.46), da Espanha (art.71), da Itália (art.68) e de Portugal (art. 160).

Pela imunidade, assegura-se a independência do Poder Legislativo. Por isso, é importante para a sociedade, para a democracia e para o Brasil que se mantenha assegurado o princípio da imunidade nos termos em que ele se encontra expresso na Constituição de 1988. É necessário, contudo, regulamentar essa questão, de modo que nossa lei acompanhe a realidade social. Se o mecanismo da imunidade vem sendo usado de alguma forma contra o povo e até para acobertar marginais, temos de promover com urgência os reparos ne-

cessários. E é isso, exatamente, o que faremos: manteremos o princípio, tal como está na Constituição, mas sem permitir o seu desvirtuamento.

Com o apoio do deputado Michel Temer, várias propostas que existem no Congresso, quer expressando o pensamento das Mesas Diretores da Câmara e do Senado, quer iniciativas individuais dos parlamentares, já estão sendo analisadas e apensadas e terão rápida tramitação. Com isso, o Legislativo dará resposta urgente e eficaz a um clamor da sociedade.

Certamente, teremos o cuidado de assegurar ao parlamentar amplo direito de defesa. Entretanto, a imunidade nunca mais vai servir de abrigo para criminosos. Enquanto mecanismo de fortalecimento da independência do Legislativo e da representatividade, ela deve ser preservada. Fora daí, o parlamentar é um cidadão comum e deve responder pelos seus atos. A imunidade, nós a queremos. A impunidade, não.

(*) O senador Antonio Carlos Magalhães é presidente do Congresso Nacional

Senador identifica na abertura da economia, que proporcionou facilidades para a importação de produtos, a principal causa da falência da indústria brasileira. Solução estaria numa política setorial eficiente

João Rocha pede atenção ao setor têxtil

O senador João Rocha (PFL-TO) chamou a atenção do governo, sexta-feira, para os problemas que vêm sendo enfrentados pelo setor têxtil em função da abertura econômica do mercado brasileiro aos produtos importados, como a sensível redução do número de empregos, a falência de centenas de empresas e a perda de parcela da fatia do mercado internacional que o Brasil detinha.

João Rocha observou que as dificuldades ora enfrentadas pelo setor também tiveram origem na falta de investimentos, nos anos anteriores à abertura, por parte do empresário brasileiro. O sena-



João Rocha cobra investimentos

dor lembrou que, por causa da hiperinflação, de sucessivos planos econômicos frustrados e de um ambiente de caos eco-

nômico-financeiro verificados nas décadas de 70 e 80, as empresas nacionais não puderam atualizar-se tecnológica e administrativamente.

Apesar de algumas iniciativas adotadas pelo BNDES a partir de 1996 para reverter a situação, o panorama do setor, segundo o senador, ainda é confuso, sendo necessário apoio mais efetivo do governo. "O Brasil precisa investir maciçamente, se quiser, no mínimo, retomar o lugar que já ocupou nesse campo da economia", observou.

João Rocha acrescentou que, de acordo com estudo do BNDES, o saldo da balança comercial do Brasil referente

ao setor têxtil vem caindo violentamente desde 1992 e a queda no número de empresas brasileiras, que ficou entre 40% a 50% entre 1989 e 1995, foi maior nos segmentos de fiação e tecelagem, embora isso não tenha representado declínio significativo do volume de produção.

O senador lembrou que o setor conta ainda com milhares de empresas e gera quase um milhão de empregos, e que o Brasil tem um imenso potencial a ser explorado, inclusive para reativar a produção de algodão em pluma:

- Segundo estudo de organismo internacional, o Brasil tem vantagens competitivas

em três setores - fiação, tecelagem de tecidos planos e malhas de algodão -, mesmo quando posto diante do Japão, Índia, Coreia do Sul, Itália, Tailândia e Estados Unidos. As principais vantagens brasileiras são o baixo custo de mão-de-obra e de energia.

João Rocha reconheceu que o governo Fernando Henrique Cardoso vem "fazendo muito" pelo setor têxtil nacional, mas "há muito mais para ser feito". Na avaliação do senador, "com vontade política e política setorial eficiente, o Brasil pode vir a crescer muito neste importante setor da economia".



0800 - 612211

FALA, CIDADÃO

Nesta seção, o Jornal do Senado publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para 0800-61-2211. A ligação é gratuita

Maria de Araújo Rocco ligou e sugeriu que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresente um projeto criando um imposto único no país.

Pedro Simon: Já há um projeto tramitando no Congresso Nacional que, embora não crie um imposto único, reduz consideravelmente o número de tributos. De autoria do deputado Luís Roberto Ponte, a proposta estabelece a cobrança de apenas seis impostos que não exigem fiscalização e que ninguém pode sonegar: os impostos sobre gasolina e álcool, gás de combustível, energia, bebida alcoólica, e os tributos sobre cheque e sobre a renda.

Esses impostos anulariam os 56 tipos de taxas co-



Pedro Simon: projeto necessário bradas hoje no país. Todos os cidadãos pagariam na medida em que consumissem. Assim, os que atuam na economia informal e que não têm empresa registrada e nem carteira de trabalho seriam integrados à massa de contribuintes.

O projeto de Luís Roberto Ponte é realmente necessário

ao país e, para que ele seja aprovado, basta haver vontade política. O governo não queria no passado, mas hoje está pretendendo reduzir o número de impostos, conforme informou o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, na Comissão da Câmara dos Deputados que trata da reforma tributária. Na minha opinião, a matéria deve ser analisada a partir do projeto do deputado.

A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que muita gente critica, tem um lado positivo: todos pagam, inclusive o traficante de cocaína, o gângster e o contrabandista. É esse tipo de imposto que nós deveríamos ter e não aqueles que alguns contribuem e a imensa maioria não paga.

Palmeira defende produtores de leite

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) destacou sexta-feira o documento final do I Fórum da Bacia Leiteira de Alagoas, ocorrido em dezembro, no qual está contido um diagnóstico dos principais problemas enfrentados pelos produtores locais e suas reivindicações para enfrentar a crise no setor. Ele dirigiu apelo ao presidente da República no sentido de que o governo federal examine os pleitos daqueles produtores para evitar a falência agroindustrial local e o aumento do desemprego.

Palmeira, que participou do encontro no município de Batalha, assinalou que a crise, de acordo com o documento, se deve a causas diversas. O diagnóstico aponta, entre outros problemas, como "variável de maior peso a deterioração dos termos de troca de seus produtos; a desagregação dos fatores produtivos; o obsolescência tecnológica; o desgaste físico das obras de infra-estrutura; a falta de atividades alternativas complementares; a inexistência de uma política de incentivos fiscais específicos; crédito inadequado; e falta de assistência técnica e extensão rural".

- Paralelamente, no entanto, o



Palmeira: setor deficitário

documento propõe ações emergenciais, de médio prazo e ações futuras, cabendo destacar, entre as primeiras, a elevação dos preços pagos pelas indústrias aos fornecedores, a implementação da Cooperativa Rural de Produtores de Alagoas, o fortalecimento do sindicato e a alocação de projetos e recursos que possam melhorar as condições da produção leiteira - informou Guilherme Palmeira.

O senador destacou que o documento também registra as medidas favoráveis ao setor leiteiro nacional, tomadas pelo ministro da Agricultura, como a elevação da tarifa de importação de leite de 27% para 33% e a proibição do financiamento da importação por prazo superior a trinta dias.

Senador elogia livro sobre a busca de alternativas para a produção de borracha e aponta uma radical alteração no processo como forma de aumentar a produtividade

Nabor sugere novo modelo para extrativismo



Nabor Júnior: "Substituir rotinas"

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) recomendou sexta-feira a adoção das soluções para o extrativismo na Amazônia sugeridas no livro *Seringalismo - Um Novo Modelo*, de José Samico de Oliveira. Ele destacou que as carências da heveicultura nacional estão na raiz dos graves problemas hoje enfrentados pelos brasileiros que habitam essa região, provocados por empresários que, em busca do lucro, forçaram o governo a facilitar a importação da goma elástica.

Diante dessa situação, o senador entende que a análise de pensadores é de suma importância na busca de soluções para o problema. Segundo ele, Samico, como agrônomo, técnico e dirigente da Sudhevea e do Basa, acompanhou a progressiva degradação do setor, tornando-se, portanto, um especialista no assunto.

No livro, observa Nabor, Samico defende uma radical alteração na forma de extrair o látex, provando que essa mudança provocará sensíveis aumentos na produtividade dos seringais nativos. Em suas especificações técnicas, a proposta começa com a substituição da tradicional rotina de cortes, captação de seiva e be-

nefciamento primário pelo seringueiro, que cobre, hoje, apenas uma rota circular. É a chamada "estrada", por ele percorrida duas vezes por dia, desdobrando-se em múltiplas atividades e perdendo muito tempo.

O livro ressalta também os danos pessoais sofridos pelos seringueiros nesse sistema, causados pela exposição aos "fumeiros", conhecidos na região como "fumador", informa o senador.

Conforme Nabor Júnior, a outra fórmula proposta pelo especialista, já consagrada em diversas regiões, substitui a solidificação do látex nos "fumeiros" por um processo alternativo: a prensagem sob a ação de coagulantes, sistema chamado de "cembambi-cocho". Para o senador, trata-se de "uma sugestão radical - porém objetiva, factível e racional, ca-

paz de propiciar aos seringueiros um sensível aumento de produtividade e, portanto, de renda familiar, de qualidade de vida, numa das áreas mais pobres do país.

Nabor pediu aos senadores que acompanhem atentamente as sugestões do livro, como uma contribuição séria ao desenvolvimento nacional, e anexou a seu pronunciamento diagrama do livro, que aponta onde e em que circunstâncias essa captação do látex seria feita.

A senadora Marina Silva (PT-AC) elogiou, em aparte, a iniciativa do parlamentar, e destacou a experiência que a Universidade de Brasília (UnB) vem realizando no setor, propondo soluções mais rentáveis e com 100% de qualidade. Segundo a senadora, o governo deve se empenhar mais na solução desse problema, reservando verba para o setor.

Debate na TV Senado destaca conquistas das mulheres

Os avanços alcançados pelas mulheres serão comentados hoje, na TV Senado, pela deputada Rita Camata (PMDB-ES) e pela presidente do Centro de Estudos Feministas (Cfemea) Marlene Libardoni. Uma das conquistas destacadas no debate é a garantia de que pelo menos 30% das vagas que cada partido ou coligação terá para participar das próximas eleições serão ocupadas por mulheres, de acordo com a nova Lei Eleitoral aprovada no ano passado. O programa, que marca a passagem do Dia Internacional da Mulher, comemorado ontem, vai ao ar às 8h e às 13h15.

Abdias pede maior divulgação da obra de Gerardo Mello Mourão



Abdias quer edição comemorativa

escolas de 2º e 3º graus do país, como "referência obrigatória nos exames vestibulares".

Para ele, a obra de Gerardo Mello Mourão, lançada pela Editora Record e pela Livraria Argumento no dia 3 de fevereiro, representa um marco na história da literatura brasileira, ao traçar uma genealogia do país e da América.

Metáfora da aventura dos navegadores, dos colonizadores, dos bandeirantes, dos padres jesuítas, dos índios que habitavam a terra em suas tribos inumeráveis, dos milhões de africanos escravizados que

pagaram com sua liberdade, seu sangue e seu suor a construção da riqueza nacional - disse.

Abdias Nascimento registrou diversas críticas que apontam Gerardo de Mello Mourão como um dos grandes poetas do país. Entre elas, o senador citou observação feita por Tristão de Athayde, que definiu Gerardo Mello Mourão como "o único poeta planetário na história da literatura brasileira".

O senador ressaltou outras obras de Gerardo Mello Mourão, como *Os Peãs e o País dos Mourões*, e garantiu que também em outros países o poeta é considerado um monumento do nosso tempo.

O poeta Robert Graves, titular, então, da cátedra de Poesia da Universidade de Oxford, diz que com Gerardo de Mello Mourão, "esse poeta brasileiro, seu país e seu continente alcançam, pela primeira vez, a voz da grande poesia e da grande poética universal".

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com Domingos Poubel - secretário de Controle do Ministério da Fazenda - sobre a necessidade de dar transparência às contas públicas

8h - Debate com a deputada federal Rita Camata (PMDB-ES) e a presidente do Centro de Estudos Feministas (Cfemea) Marlene Libardoni sobre o Dia Internacional da Mulher

9h30 - Entrevista com Domingos Poubel - secretário de Controle do Ministério da Fazenda - sobre a necessidade de dar transparência às contas públicas

10h - Sessão da Comissão de Assuntos Sociais do dia 03/03 - reapresentação da audiência pública com os ministros do Meio Ambiente, Gustavo Krause, e da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, e com os presidentes do Ibama, Eduardo Martins, e do Inpe, Márcio Nogueira Barbosa, sobre o desmatamento da Amazônia

12h15 - Entrevista com Domingos Poubel - secretário de Controle do Ministério da Fazenda - sobre a necessidade de dar transparência às contas públicas

13h15 - Debate com a deputada federal Rita Camata (PMDB-ES) e a presidente do Centro de Estudos Feministas (Cfemea) Marlene Libardoni sobre o Dia Internacional da Mulher

14h30 - Sessão plenária (vivo)

18h30 - Mesa-redonda sobre "As Organizações Sociais e o Marco Legal do Terceiro Setor", com a participação do ministro da Administração Bresser Pereira, do senador Lucio Alcântara (PSDB-CE) e do reitor da Unirio, professor Hans Dohmann

21h - Telejornal "Congresso Hoje"

21h10 - "Senado em Pauta"

21h30 - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, instituições, especiais e o programa "Fala, Cidadão"

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

3h - Música e informação até às 7h30

Defensor da tese da reeleição do presidente Fernando Henrique, senador gaúcho considera ática a forma como dirigentes peemedebistas usaram a imagem dos correligionários

Fogaça critica programa do PMDB na TV

O senador José Fogaça (PMDB-RS) manifestou sexta-feira, em plenário, seu protesto contra a forma como o PMDB veiculou pelas emissoras de rádio e televisão seu programa eleitoral. Ex-presidente da legenda, o senador considerou ático e imoral o partido divulgar apenas a posição de uma facção - a que prega o lançamento de uma candidatura própria na eleição presidencial e o desligamento do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Fogaça argumentou que será preciso ver o resultado da convenção partidária, realizada nesse domingo, para saber qual a tese vitoriosa. Até agora, informou ele, majoritária é a tese favorável a que o partido continue dando sustentação ao governo de Fernando Henrique Cardoso, encaminhando-se para uma coligação na próxima eleição presidencial. Ele afirmou que a divisão interna do partido é conhecida, daí por



Fogaça: estranha uniformidade

que, na sua opinião, souu tão estranha a uniformidade do divulgado na televisão.

Numa análise do programa, José Fogaça considerou espantoso que os senadores Jäder Barbalho (PA) e Casildo Maldaner (SC) e o deputado Michel Temer (SP), presidente da Câmara, tenham aparecido exprimindo frases neutras em relação ao que era o objetivo global da facção que do-

minou a propaganda. Para o senador, no mínimo os responsáveis pelo programa deviam ter dado aos setores majoritários da legenda o direito de expressar seus pensamentos.

- Eu considero a utilização desses nomes, que têm uma opinião contrária, um ato contra a ética partidária, contra os princípios do partido e uma postura rigorosamente antidemocrática do ponto de vista político - declarou o senador.

Em aparte, o líder do PMDB, senador Jäder Barbalho, disse que o mínimo que o partido deveria ter feito era dividir democraticamente o espaço do programa, gesto indispensável para preservar a convivência democrática entre companheiros de legenda. Jäder considerou grave o programa ter utilizado manifestações que ele fez em junho do ano passado, num contexto em que falava de estabilidade econômica e de emprego.

Candidatura própria vai fortalecer partido, diz Requião

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu sexta-feira que o PMDB apresente candidatura própria à Presidência da República. Apostando na derrota da ala governista na convenção desse domingo, ele prevê o renascimento do partido. A história do PMDB significa, segundo Requião, o exemplo de coragem, resistência e dignidade que deve nortear os trabalhos da convenção.

- Temos que ter a coragem de retomar o caminho, de destruir as dificuldades e de voltar às origens. O partido não pode tomar o rumo da covar-



Requião: coragem para voltar às origens

dia do liquidacionismo, do medo, da fragilidade e do desânimo. É a hora do grito de guerra dos homens e mulheres dignos que sempre forma-

ram a maioria do partido - avaliou.

Requião acredita que a opção pelo apoio à candidatura do presidente Fernando Henrique Cardoso significaria fugir do compromisso do PMDB com as mudanças do país. O senador paranaense vê na convenção o momento de romper com as práticas "de ascender por cima, da perpetuação de aceitar, de aliançar, de compromissar, que apenas favorecem os de sempre".

Roberto Requião fez críticas à corrente peemedebista que defende a aliança com o PSDB: "Aderir ao governo é fazer o elogio do nosso próprio coeiro. Com a candidatura própria estão os verdadeiros peemedebistas. Os que não estiverem há de se arrepender até a morte", afirmou.

Otoniel destaca apoio de Maguito Vilela à reeleição

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) pediu a inclusão nos Anais da Casa da manifestação do governador de Goiás, Luiz Alberto Maguito Vilela, de apoio à reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. No texto, publicado pelo *Diário da Manhã*, de Goiânia, o governador esclarece que, "independentemente da posição que o PMDB vier a adotar", seu posicionamento continuará o mesmo.

- O país não merece perdê-lo da Presidência da República e ficar com qualquer um desses outros candidatos que estão em oferta nos partidos para sucedê-lo. Por isso, por uma questão de fidelidade à minha consciência, tomei a decisão de apoiar a reeleição de FHC - afirmou o governador, segundo Otoniel Machado.



Otoniel Machado: pró FHC



Amin: mais leitos para doentes

Amin pede verba para hospital de S. Catarina

O senador Espiridião Amin (PPB-SC) defendeu a liberação de recursos financeiros pelo governo federal destinados à conclusão do prédio anexo do Hospital Teresa Ramos, na cidade de Lages, conforme reivindicação feita pela Associação dos Municípios da Região Serrana (Amures). Ele argumentou que o crescimento populacional, somado à diminuição de leitos nos hospitais catarinenses, tem agravado ainda mais o problema da hospitalização de pacientes.

Preocupa o senador o fato de que Lages recebe os necessários de assistência médica de toda a região, que estima em 400 mil habitantes. No seu entender, "essa grande demanda por si só justificaria a participação do Ministério da Saúde na conclusão do novo prédio, que já vem sendo construído há oito anos e tem grande parte da obra física já executada".

O senador destacou a "integral dedicação" do ministro da Saúde, Carlos César de Albuquerque, para enfatizar que o investimento federal para finalização da obra no Hospital Teresa Ramos estaria de acordo com a nova política do governo para o setor. Nesse sentido, Espiridião Amin disse que confia no acolhimento, pelo ministro, das reivindicações formuladas pela Amures.